



FUNAI

**Fundação Nacional do Índio**  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

data 23/07/96  
col XBD 00036

Altamira, 04 de Julho de 1.995.

Caro Beto,

Estamos enviando uma cópia sobre a situação atual do Grupo Indígena Xikrin-Kayapó do Posto Indígena Bakajá. Muito embora todo o nosso empenho para tentar conter a exploração madeireira naquela terra indígena, os mesmos continuam com a exploração, bem como tomamos conhecimento, recentemente de que garimpeiros estão acampados próximo à aldeia, acordados com os índios, para explorarem ouro na área, que teve sua demarcação concluída no início deste ano.

Contamos com as sugestões de V.sª para tentarmos solucionar tal problema, bem como solicitamos o vosso apoio para que consigamos junto à FUNAI/BSB, estrutura e recursos para combater tal ilegalidade.

Contando com os vossos bons préstimos, pedimos que a outra cópia seja remetida para a Drª LUX VIDAL, Consultora da Vale do Rio Doce junto aos Xikrin.

Gzato.

*Benigno Pessoa Marques*  
p/ Adm. Reg. FUNAI/ADRA  
P.P. 684/92 de 30-04-92

**ADM. REG. DE ALTAMIRA**

Rua Coronel José Porfírio, 2533

Fone: (091) 515-1829 Telefax

GEP 68 372-040

— Altamira - Pará



FUNAI

Fundação Nacional do Índio

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

- XIKRIN DO BACAJÁ - RELATO DA CONJUNTURA RECENTE E ATUAL -

Antes de analisarmos a conjuntura atual da comunidade Xikrin-Kayapó do Bacajá, faremos um pequeno retrocesso na história deste grupo, para que possamos compreender melhor a origem, ou termos uma melhor idéia do caminho percorrido pelo grupo até os dias de hoje, quando encontramos a comunidade passando por grave desestruturação social, face ao envolvimento direto com membros da sociedade envolvente, infelizmente seus maiores algozes, os madeireiros e garimpeiros.

PERÍODO 83/85 - A comunidade Xikrin inconformada com a demarcação de suas terras, demarcada em 1.980, alega que o trabalho foi feito de forma proposital de forma a que um garimpo da região ( Garimpo do Manelão ), bem como vários castanhais ficassem fora da região demarcada. Sem muitas alternativas para solucionar o impasse a curto prazo, os índios iniciam uma " ocupação estratégica" do garimpo, colocando ali alguns guerreiros para trabalhar como empregados de garimpeiros recebendo uma quantia mensal, geralmente paga através de mercadorias. Não acostumados com o trabalho difícil de garimpagem, os índios desistem, porém passam ao restante da comunidade a preocupação com o crescente aumento da população do garimpo.

Por esta época, a comunidade mantinha inúmeras roças familiares e anualmente trabalhavam na coleta de castanha e confecção de artesanato para comercialização. A pergunta constante era: Porque os garimpeiros estavam extraindo ouro de suas terras sem pagar nada para a comunidade ? Porque a FUNAI permitia que isto ocorresse? O incentivo financeiro da FUNAI para a confecção de artesanato era pequeno. A munição necessária ao bate de animais não era fornecido.

ADM. REG. DE ALTAMIRA

Rua Coronel José Porfírio, 2533

Fone: (091) 515-1829 Telefax

CEP 68 372-040 — Altamira - Pará



FUNAI

Fundação Nacional do Índio

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

pp. 02

A produção de castanha, outrora abundante, agora dependia de boas safras. A instabilidade econômica do grupo, enquanto dependentes de recursos da FUNAI, contribuiu para que uma facção liderada pelos índios Mauré e Tukum se desmembrassem da aldeia principal e fundassem uma nova aldeia ( Aldeia Trincheira atual ). Vale ressaltar que por esta época, a CVRD já mantinha um convênio com a FUNAI, de assistir a algumas aldeias através do Projeto Carajás, entre elas os Xikrin do Bacajá e do Cateté. Como os índios do Bacajá não usufruíam deste convênio, muitas famílias decidiram mudar para o PIN Cateté, onde vivem até hoje.

PERÍODO 85/88 - Com a mudança da chefia do posto, por parte da FUNAI, uma nova fase se inicia para os Xikrin. Esta nova chefia, muito embora tenha conscientizado a comunidade a lutar sem tréguas pela correção de seu território, por outro lado contribuiu para que houvesse uma desestruturação do grupo. Os índios frequentam com maior assiduidade o garimpo, convivendo com pistoleiros, prostitutas e em ambiente que, comumente se consome tóxicos. A partir daí, vários atritos ocorreram envolvendo índios e garimpeiros, sendo que os índios exigiam que os garimpeiros pagassem à comunidade por estarem garimpendo em suas terras. Em certa ocasião, os índios apreenderam, na aldeia, uma aeronave dos garimpeiros, como forma de que firmassem um acordo pela extração do ouro, enquanto não se definia a situação da terra ( Acor do informal Nelson Bahr/Mucuíx x índios ).

Com a entrada de recursos na aldeia, começou-se a observar um certo consumismo dentro do grupo. Alguns líderes começaram a frequentar os centros urbanos e adquirindo bens como armas, munições, aparelhos eletrônicos, motores, etc, ao mesmo tempo em que começaram a se interessar pelo lado boêmio de nossa civilização. Tal comportamento é acompanhado e incentivado pela chefia do posto, Sr. Charles ( já fa-

ADM. REG. DE ALTAMIRA

Rua Coronel José Porfírio, 2533

Fone: (091) 515-1829 Telefax

CEP 68 372-040

Altamira - Pará



FUNAI

**Fundação Nacional do Índio**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

no. 03

lecido ). Fatos dão conta de que na aldeia ocorriam festas diárias onde se observava o consumo de bebidas alcoólicas para todos, inclusive crianças. A bebida que chegava a aldeia, quando não adquirida pelos líderes na cidade, vinha nas aeronaves do garimpo. Atente-se para o fato de que somente alguns índios mais próximos aos líderes usufruíam da renda recebida do garimpo. A aeronave do garimpo era sempre cedida aos índios para viagens à cidade e outras aldeias.

Esta situação de consumismo desenfreado por parte da comunidade fez com que os garimpeiros se sentissem com dificuldade para arcar com gastos de aeronaves, fornecimento de medicamentos, pagamentos de hotéis, mercadorias, etc, o que fez com que atrasassem por vários meses o pagamento da porcentagem da comunidade. Os índios pressionaram a direção do garimpo. Impossibilitados de atender os índios, a direção do garimpo abriu caminho para que o Sr. N. J. Scalabrín entrasse em cena e firmasse um acordo com a comunidade.

PERÍODO 89/94 - Iniciamos o ano de 89 com a Empresa PARANAPANEMA explorando o garimpo mediante um acordo com a comunidade Xikrin, através do qual a empresa arcava com vôos para retirada de doentes da aldeia, aquisição de medicamentos, além da porcentagem mensal.

Por esta época um grupo de trabalho da FUNAI, INCRA e ITERPA estiveram na área com o objetivo de realizar a identificação e delimitação da área reivindicada pelos índios.

A relação da comunidade com a empresa ocorre de forma tranquila e durante todo este tempo em que a empresa esteve operando ali, os índios nunca mais se deslocaram até o garimpo, pois o pagamento era feito religiosamente na data aprezada e os serviços solicitados pelos índios eram sempre cumpridos.

**ADM. REG. DE ALTAMIRA**

Rua Coronel José Porfírio, 2533

Fone: (091) 515-1829 Telefax

CEP 68 372-040

— Altamira - Pará



FUNAI

**Fundação Nacional do Índio**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

pp. 04

Entretanto, no final do ano de 89, os garimpeiros, invadem o garimpo e expulsam a empresa dali. Entram na justiça com pedido de reintegração de posse e vencem. Pouco tempo depois, uma outra empresa, AÇAI MINERAÇÃO toma o controle do garimpo, dividindo os garimpeiros para trabalharem em outra área.

Há de se observar que, a partir do momento em que a comunidade passou a dispor de um recurso mensal, várias atividades do grupo foram relegadas a segundo plano, caso das festas, abertura de novas roças, confecção do artesanato e extração da castanha. A comunidade passava os dias aguardando a chegada de aeronave com mercadorias. Muito embora toda a comunidade estivesse envolvida nesta ociosidade, apenas alguns membros usufruíam dos recursos, adquirindo bens considerados supérfluos como aparelhos eletrônicos, fogão a gás, televisores, freezers, etc.

Esta situação econômica fez com que houvesse uma reaproximação dos índios do Cateté. As visitas eram frequentes, apesar destes primeiros se encontrarem em "situação privilegiada", pois estavam comercializando madeira há bastante tempo e já dispunham de aeronave própria. Assim sendo, não é difícil imaginar que estes incentivassem os Kikrin do Bacajá a adquirirem também uma aeronave. Como os recursos do garimpo não possibilitavam a realização de tal sonho, os índios começaram a pressionar a FUNAI para que se definisse logo a situação de suas terras, ameaçando, caso não ocorresse, comercializar madeira da área.

Em 91, os índios fazem um primeiro contato com a Madeireira Kopajá para que explorassem a madeira da área iniciando a abertura de uma estrada partindo da Transamazônica, atravessando o rio Bacajá até chegar à aldeia, compromisso este que não teve êxito devido

**ADM. REG. DE ALTAMIRA**

Rua Coronel José Porfírio, 2533

Fone: (091) 515-1829 Telefax

CEP 68 372-040

— Altamira - Pará



FUNAI

**Fundação Nacional do Índio**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

pp. 05

às exigências da comunidade bem como aos altos custos em manter os privilégios exigidos pela mesma. Neste intervalo, a Madeireira Peracchi estava operando a Oeste da área. Surpreendida pelos índios, alega que não tem quaisquer obrigações para com estes, pois está operando em terras devolutas. A comunidade insiste e vendo-se na iminência de ter prejuízos maiores, a madeireira concorda em pagar uma quantia simbólica pela madeira já derrubada na área. Logo depois abandona a região.

Por esta época, o Garimpo do Manelão vivia em constantes conflitos envolvendo garimpeiros o que culminou com várias mortes bem como um atraso de meses no pagamento da comunidade. Face ao estado de intensa violência no garimpo, o que se tornou notícia nacional, os índios não se atreviam a se deslocar até o garimpo. Agum tempo depois, os índios, digo índios tomaram conhecimento de que a produção do garimpo estava praticamente esgotada e que os garimpeiros estavam comercializando a madeira da região do garimpo.

No final de 91, a Peracchi apresenta aos índios a proposta de fazer a exploração racional da madeira da área se dispendo a realizar todo o procedimento exigido pela FUNAI no que diz respeito ao relatório de impacto florestal e outras exigências. Os índios concordam porém a FUNAI não cede. A comunidade então inicia uma aproximação com a Madeireira Nossa Senhora Aparecida de propriedade do Sr. Angelin Ório. A negociação tem a intermediação de índios do Cateté, que inclusive cedem sua aeronave para deslocamentos dos índios do Bacajá até a cidade de Tucumã para contatos com o referido senhor.

Em 92, preocupados com o destino que os Xikrin vão seguindo, a FUNAI e a CVRD apresenta ao grupo uma proposta de prestar maior assistência ao grupo, desde que estes paralizem toda extração de madeira e ouro da terra indígena. Os índios concordam, desde que tais

**ADM. REG. DE ALTAMIRA**

Rua Coronel José Porfírio, 2533

Fone: (091) 515-1829 Telefax

GEP 68 372-040

— Altamira - Pará





FUNAI

**Fundação Nacional do Índio**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

pp. 06

propostas sejam colocadas em prática de forma rápida, sem o que, voltariam a comercilizar madeira. Como as propostas não saíram do papel, os índios novamente comentam que vão comercilizar a mdeira. No final de 92 notícias vindas do posto dão conta de que os índios estão mantendo contato com o senhor Angelin. Em Março/Abril, as atividades de extração já se encontram em pleno vapor, apesar da edição da portaria de ampliação, digo, apesar da portaria de criação da árrea denominada Trincheira/Baca já. A Administração de Altamira, realiza vários sobrevôos na área, porém não detecta trânsito de caminhões e máquinas na área, apesar de observar várias estradas no interior da terra indígena recém-criada. Acreditamos que os próprios índios informaram à madeireira sobre a missão o que fez com que paralizassem os trabalhos momentaneamente.

Devido às constantes faltas de recursos para tais missões, somente foi possível realizar nova missão nesta área em Setembro/94, sendo que desta feita, a equipe contava também com um Técnico da Secretaria de Assuntos Estratégicos/SAE. Em reunião prévia com a comunidade, a mesma concordou com a paralização, inclusive alguns índios se dispuseram a ajudar a equipe. Enquanto se deslocavam na mata, entrando nas vicinais e retirando trabalhadores, um caminhão vindo da Aldeia Cateté com aproximadamente 30 guerreiros chega ao Pin Bacajá. Pouco tempo após chegarem e manterem os primeiros contatos com a comunidade, os índios do Bacajá mudaram a posição inicial e solicitaram que a equipe que se encontrava na mata, retornasse à aldeia e trouxesse com eles, os madeireiros, senhor ELOI VIAN, vulgo Micuim e seu sócio JAMARLE DE TAL, vulgo Pantera. Chegando à aldeia, na Casa dos Homens, os índios confirmaram que o senhor Eloi iria continuar os trabalhos de extração. Observamos que tal atitude foi firmemente apoiada pelo índio Karangré, da Aldeia Cateté e por outro índio Terena que acompanhava o grupo.

**ADM. REG. DE ALTAMIRA**

Rua Coronel José Porfirio, 2533

Fone: (091) 515-1829 Telefax

GEP 68 372-040

— Altamira - Pará



FUNAI

**Fundação Nacional do Índio**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

pp. 07

Diante de tal quadro e não concordando com a posição da comunidade, a equipe se ausentou da reunião e retornou para Altamira, completamente humilhada e revoltada.

O Administrador de Altamira tentou por várias vezes um contato com a Procuradoria da FUNAI e de outras entidades para solicitar orientações, porém não obteve êxito.

Na ocasião de nosso retorno para Altamira, o Chefe do Posto, também indignado com a situação, acompanhou a equipe. Voltou meses depois ao posto e percebeu que o senhor Eloi Vian e sócio, frequentemente transportavam bebidas alcoólicas para os índios todas as vezes em que a aeronave seguia até a aldeia. No último relatório apresentado pelo Chefe do Posto, que, mês passado, foi forçado pela comunidade a deixar o posto, este observou que alguns índios adolescentes estão fazendo uso de MACONHA dentro da aldeia.

Pelas informações que temos, começou a existir um atrito entre o senhor Angelin e o outrora seu intermediário Elói Vian pela disputa da simpatia dos índios, com interesse exclusivo para a exploração da madeira da terra indígena. A terra indígena em questão é rica em mogno e ainda pouco explorada e a tendência futura é que, caso não haja uma postura mais eficiente e enérgica por parte da FUNAI, o esbulho desta terra indígena deverá perdurar por muito tempo ainda.

**ADM. REG. DE ALTAMIRA**

Rua Coronel José Porfírio, 2533

Fone: (091) 515-1829 Telefax

GEP 68 372-040

— Altamira - Pará





FUNAI

**Fundação Nacional do Índio**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

pp. 08

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Fazendo-se uma análise mais abrangente da situação atual no que se refere à depredação do meio ambiente patrocinado pelas grandes empresas madeireiras, chegamos à triste conclusão que, em termos de medidas concretas e eficazes de combate ao esbulho do patrimônio das terras indígenas, muito pouco foi feito.

A extração do mogno teve seu auge de produção em meados da década passada, quando o patrimônio das reservas Kayapó foi significativamente destruído, sem que para isto tenha se tomado providências concretas, quer seja pelo poderoso lobby político das empresas madeireiras, quer seja pela carência de estrutura da FUNAI no interior suficientes para lutar contra estas. A falta de sintonia entre a Administração Central da FUNAI e suas " filiais " no interior tem servido para agravar este quadro. Neste período, observamos um grupo indígena disposto a resolver seus problemas por conta própria, sem conhecimento das consequências futuras e sem confiança no órgão tutor. Lideradas pela Comunidade indígena do Goroitre, digo Gorotire, todas as demais aldeias Kayapó iniciaram um processo de venda de madeira, como forma de suprir a falta de assistência do órgão, incapaz de apresentar alternativas à este processo, vindo a sofrer com isto um grande desgaste perante à sociedade.

A Administração de Altamira acompanha com interesse o desenrolar da operação que vem sendo feita na área Kayapó do Sul do Pará, pois somos de opinião que, somente com operações deste calibre, a FUNAI consegue conter a depredação do patrimônio indígena.

A região de Altamira, por estar geograficamente localizada distante de onde se concentram as indústrias de exploração

**ADM. REG. DE ALTAMIRA**

Rua Coronel José Porfírio, 2533

Fone: (091) 515-1829 Telefax

GEP 68 372-040

— Altamira - Pará



FUNAI

**Fundação Nacional do Índio**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

pp. 09

de madeira, só mais recentemente começou a sentir os impactos causados por tal atividade motivados por uma acentuada queda de produção do mogno no Sul do Pará, começaram a se instalar em Altamira e cidades vizinhas.

A Administração de Altamira vem realizando sempre que possível e dependendo da disponibilidade de recursos, missões conjuntas nas terras indígenas de sua jurisdição, basicamente nos últimos três anos. Apesar dos resultados destas operações terem gerado um sem-número de autuações, apreensões de maquinários e madeira, não temos notícias de que algum dos infratores tenha sido punido, conforme determina a lei, muito embora toda a documentação pertinente a tais ocorrências tenha sido encaminhada à Administração Central com o devido pedido de abertura de inquérito contra estes infratores contumazes de terras indígenas. Madeireira Peracchi, Mondai Madeiras, Francisco Alberto de Castro, Madeireira Impar, Madeireira Bannach, Angelin Ório e Madeireira Kopajá, que inclusive foi autuada em flagrante pelo Ibama com madeira extraída de terra indígena no pátio da serraria, madeira esta que misteriosamente desapareceu de seu pátio. Todos estes infratores fazem parte do dia-a-dia da FUNAI na região, quando se trata de invasão de terras indígenas para extração de madeira. Resta saber se as multas aplicadas pelo Ibama são efetivamente pagas, pois estes infratores continuam operando normalmente. A Mondai Madeiras, por exemplo foi autuada por uma equipe conjunta em Agosto/93 na Terra Indígena Apyterewa, quando foi apreendidos desta caminhões, maquinários e madeira, ficando a mesma como "fiel depositário". Como nenhuma medida jurídica foi tomada, a empresa retornou à área, recolheu seus equipamentos e recentemente foi novamente autuada extraindo madeira da reserva Kayapó em São Félix do Xingu.

**ADM. REG. DE ALTAMIRA**

Rua Coronel José Porfírio, 2533

Fone: (091) 515-1829 Telefax

GEP 68 372-040

— Altamira - Pará



FUNAI

**Fundação Nacional do Índio**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

pp. 10

Especificamente no caso da Terra Indígena Trincheira/Bakajá, sabemos que os senhores Angelin Ório, intermediado pelo Sr. Elói Vian estão sempre em contato com os índios Xikrin, com meros interesses na exploração de madeira. Estão atuando na área de forma descarada, inclusive transportando bebidas alcoólicas para os índios, conforme já denunciado em vários documentos desta Administração.

Acreditamos que mais grave do que a própria exploração madeireira, seja a desestruturação social por que passa a comunidade pois a mesma vive em contato diário com os exploradores que chegam até mesmo a pernoitarem na aldeia e já observamos que os índios Xikrin já estão fazendo uso de maconha dentro da aldeia. Como se não bastasse, os índios acertaram com alguns garimpeiros de Altamira, a exploração de ouro nas suas terras e um grande número de homens já estão acampados próximo à Aldeia Bakajá há vários dias.

Dentro deste quadro, acreditamos que, somente com mediadas como as que estão sendo feitas em São Félix do Xingu, na terra Kayapó, poderão surtir efeitos concretos.

Além do desgaste natural que tal situação provoca, contamos com um agravante: as constrangedoras e revoltantes suspeitas levantadas contra funcionários do órgão, feitas por algumas entidades ligadas aos índios. Estas entidades, indiscriminadamente e sem conhecimento de causa e dos fatos acusam funcionários de estarem coniventes com a exploração madeireira e infelizmente, baseados no sensacionalismo com que procuram justificar a sua presença junto ao índio, conseguem vencer a própria FUNAI, que na maior parte dos casos, procura penalizar o servidor, sem apurar a verdade. Mais uma vez, fica aqui registrado o nosso repúdio contra tais atitudes.

Com base nestes argumentos é que apresentamos tal

**ADM. REG. DE ALTAMIRA**

Rua Coronel José Porfírio, 2533

Fone: (091) 515-1829 Telefax

CEP 68 372-040 — Altamira - Pará



FUNAI

**Fundação Nacional do Índio**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

pp. 11

relatório, com o objetivo primordial a que o órgão tutor dê às Administrações, condições reais para se combater tais atividades ilegais e que preste a estas, o apoio jurídico necessário para que as ações preliminares tomadas pelas Administrações, tenham prosseguimento para que, através de uma primeira atitude concreta, possamos realmente paralisar este processo de extração de madeira de terras indígenas.

É o relatório para superior apreciação.

Altamira, 28 de Junho de 1.995.

*Benedito Pessoa Marques*  
Adm. Reg. FUNAI/ADRA  
P.P. 684/92 de 30-04-92

**ADM. REG. DE ALTAMIRA**

Rua Coronel José Porfírio, 2533

Fone: (091) 515-1829 Telefax

CEP 68 372-040

— Altamira - Pará